

EDITAL

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS-PR, instituída pela Lei n.º 17.959/14, CNPJ n.º 24.039.073/0001-55, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p>PREGÃO ELETRÔNICO:</p> <p><u>19/2026</u></p> <p>ME/EPP- LOTES: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23</p> <p>AMPLA CONCORRÊNCIA - LOTES: 08; 18.</p>	<p>UASG: 932059</p> <p>Início da sessão / disputa de lances:</p> <p>10 h 00 min do dia 16/06/2026</p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE ARTIGOS SEMIPERMANENTES PARA DESCANSO E CONFORTO** (travesseiros, colchões, coxim, almofadas e mantas) para atender as demandas das unidades FUNEDS (HIWM, HRS, HRNP, HRL, HRCO, HZN, HZS, HRIV, HRG, HRTB, HDSPR e HAB.) visando atendê-las por um período de 12 (doze) meses.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 870.633,09 (oitocentos e setenta mil seiscentos e trinta e três reais e nove centavos)**.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Unidade: HCAB
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HDSPR
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRTB
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRG
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRIV

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
--

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HZS

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
--

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HZN

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
--

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRCO

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
--

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRL

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
--

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRNP

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
--

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRS

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
--

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HIWM

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
--

Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de

Gestão)

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov](https://www.gov.br/compras/pt-br). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) UYDIMYLA MIGUEL DE OLIVEIRA e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 134/2025, servidores do(a) FUNEDS.

Divisão de Licitação: 41 - 3202-6831

E-mail: pregao.funeas@gmail.com

Endereço: Rua do Rosário, nº 144, 8º Andar, Centro, CEP 80.020-110, Curitiba-Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou pelo e-mail pregao.funeas@gmail.com pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

EM CASO DE EVENTUAL DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO DO ITEM DO CATÁLOGO DO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR E AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECEM AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **VALOR UNITÁRIO**, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es)

unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1 As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos lotes classificados como de ampla concorrência.

5.2 Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

5.3 Em cumprimento ao art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, ficam reservados exclusivamente para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte o lote: 1,2,3,4,5,6,7,9,10,11,12,13,14,15,16,17,19,20,21,22 e 23.

5.4 Lotes destinados à ampla concorrência: 8 e 18.

5.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6 AMOSTRA:

6.1 Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7 GARANTIA:

7.1 Não será exigida garantia da execução do contrato, conforme apresentado no item 15 da Garantia de Execução.

8 CONSÓRCIO:

Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto nº 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

8.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

8.2 O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

8.3 Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

8.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

8.5 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

8.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

8.7 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

- 8.8** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.
- 8.9** Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.
- 8.10** Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.”

10 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de real)

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.3 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.4 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.5 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa
anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 26 de maio de 2026.

GERALDO GENTIL BIESEK
DIRETOR-PRESIDENTE - FUNEAS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Trata-se de solicitação de abertura de Processo Administrativo nº 22.921.376-8, para aquisição de artigos semipermanentes para descanso e conforto (travesseiros, colchões, coxim, almofadas e mantas) para atender as demandas das unidades FUNEDAS (HIWM, HRS, HRNP, HRL, HRCO, HZN, HZS, HRIV, HRG, HRTB, HDSRP e HAB.) visando atendê-las por um período de 12 meses.

LOTE 1 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 31774	Colchão Caixa de Ovo Fechado, Capacidade de Até 150kg	HIWM	2	R\$ 139,00	R\$ 278,00
			HRS	100		R\$ 13.900,00
			HRNP	36		R\$ 5.004,00
			HRL	60		R\$ 8.340,00
			HRCO	40		R\$ 5.560,00
			HRG	12		R\$ 1.668,00
			HRTB	12		R\$ 1.668,00
			HAB	12		R\$ 1.668,00
VALOR TOTAL				274	R\$ 38.086,00	

LOTE 2 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6510 - 42936	Colchão de ar neonatal, MATERIAL: 100% policloreto de polivinila, DIMENSÃO: 45cm x 90cm	HIWM	12	R\$ 100,94	R\$ 1.211,28
			HRS	24		R\$ 2.422,56
			HRNP	24		R\$ 2.422,56
			HRL	12		R\$ 1.211,28
			HRTB	6		R\$ 605,64
VALOR TOTAL				78	R\$ 7.873,32	

LOTE 3 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6515 - 45395	Colchão Pneumático, Com Bomba de Ar, Sistema de Pressão Alternada, peso mínimo suportado 120kg, dimensões aproximadas: 199cm x 86cm x 6cm (comprimento, largura e altura inflado)	HIWM	3	R\$ 171,27	R\$ 513,81
			HRS	40		R\$ 6.850,80
			HRNP	6		R\$ 1.027,62
			HRL	66		R\$ 11.303,82
			HRCO	20		R\$ 3.425,40
			HZN	30		R\$ 5.138,10
			HZS	6		R\$ 1.027,62
			HRIV	18		R\$ 3.082,86
			HRG	2		R\$ 342,54
			HRTB	2		R\$ 342,54
				193	R\$ 33.055,11	

LOTE 4 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6510 - 23543	Manta, Modelo Acesso Total, USO: Sob o corpo “Tipo Colchão”, TAMANHO: Adulto, UNID. DE MEDIDA: Unitário (09 equipamentos de ar quente em comodato compatível com o modelo dos itens adquiridos.)	HIWM	24	R\$ 129,04	R\$ 3.096,96
			HRS	120		R\$ 15.484,80
			HRNP	24		R\$ 3.096,96
			HRL	240		R\$ 30.969,60
			HRCO	60		R\$ 7.742,40
			HZN	36		R\$ 4.645,44
			HRIV	24		R\$ 3.096,96
			HRG	4		R\$ 516,16
			HRTB	12		R\$ 1.548,48
VALOR TOTAL				544	R\$ 70.197,76	

LOTE 5 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Protocolo: 22.921.376-8

Pregão Eletrônico nº 19/2026

(página 1 de 36)

1	6510 - 23546	Manta, Modelo Acesso Total, Para Uso Sob o Corpo "Tipo Colchão", USO: Pediátrico, UNID. DE MEDIDA: Unitário (05 equipamento de ar quente em comodato compatível com o modelo dos itens adquiridos.)	HIWM	480	R\$ 101,31	R\$ 48.628,80
			HRS	120		R\$ 12.157,20
			HRL	120		R\$ 12.157,20
			HRG	2		R\$ 202,62
VALOR TOTAL				722	R\$ 73.145,82	

LOTE 6 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 91781	Travesseiro, TIPO: Adulto, USO: Hospitalar, DIMENSÃO: Para fronha com Comprimento: 70cm, Largura: 50cm, COR: Azul	HIWM	40	R\$ 35,51	R\$ 1.420,40
			HRS	254		R\$ 9.019,54
			HZN	300		R\$ 10.653,00
			HZS	90		R\$ 3.195,90
			HRIV	50		R\$ 1.775,50
			HRG	57		R\$ 2.024,07
			HRTB	30		R\$ 1.065,30
			HDSPR	12		R\$ 426,12
			HAB	110		R\$ 3.906,10
VALOR TOTAL				943	R\$ 33.485,93	

LOTE 7 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 95807	Travesseiro, TIPO: Infantil, USO: Hospitalar, DIMENSÃO: Para fronha com Comprimento: 40cm, Largura: 30cm, COR: Azul	HIWM	120	R\$ 32,31	R\$ 3.877,20
			HRS	72		R\$ 2.326,32
			HRNP	24		R\$ 775,44
			HRL	36		R\$ 1.163,16
			HRCO	20		R\$ 646,20
			HZS	24		R\$ 775,44
			HRIV	24		R\$ 775,44
			HRG	12		R\$ 387,72
VALOR TOTAL				332	R\$ 10.726,92	

LOTE 8 - AMPLA CONCORRENCIA						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 -71772	Colchão, USO: Hospitalar, COR: Azul, DIMENSÃO: Comprimento: 190cm, Largura: 80cm, Altura: 12cm (variação de +/- 10%)	HIWM	45	R\$ 302,30	R\$ 13.603,50
			HRS	75		R\$ 22.672,50
			HZN	72		R\$ 21.765,60
			HZS	29		R\$ 8.766,70
			HRG	14		R\$ 4.232,20
			HRTB	45		R\$ 13.603,50
			HDSPR	18		R\$ 5.441,40
			HAB	90		R\$ 27.207,00
VALOR TOTAL				388	R\$ 117.292,40	

LOTE 9 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 -71772	Colchão, USO: Hospitalar, COR: Azul, DIMENSÃO: Comprimento: 190cm, Largura: 80cm, Altura: 12cm (variação de +/- 10%)	HIWM	15	R\$ 302,30	R\$ 4.534,50
			HRS	25		R\$ 7.557,50
			HZN	18		R\$ 5.441,40
			HZS	9		R\$ 2.720,70
			HRG	4		R\$ 1.209,20
			HRTB	15		R\$ 4.534,50
			HDSPR	6		R\$ 1.813,80
			HAB	20		R\$ 6.046,00
VALOR TOTAL				112	R\$ 33.857,60	

LOTE 10 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 9559	Colchão, USO: Hospitalar, DIMENSÃO: Comprimento: 152cm, Largura: 75cm, Altura:	HIWM	30	R\$ 207,55	R\$ 6.226,50
			HRS	30		R\$ 6.226,50

Protocolo: 22.921.376-8

Pregão Eletrônico nº 19/2026

(página 1 de 36)

		12cm (variação de +/- 10%)	HRL	20		R\$ 4.151,00
			HRG	2		R\$ 415,10
VALOR TOTAL				82	R\$ 17.019,10	

LOTE 11 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 95595	Colchão, USO: Hospitalar, DIMENSÃO: Comprimento: 136cm, Largura: 64cm, Altura: 10cm (variação de +/- 10%)	HIWM	30	R\$ 205,13	R\$ 6.153,90
			HZS	12		R\$ 2.461,56
			HRG	2		R\$ 410,26
			HDSPR	24		R\$ 4.923,12
VALOR TOTAL				68	R\$ 13.948,84	

LOTE 12 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 73524	Colchão, USO: Hospitalar, berço neonatal, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, capa em PVC siliconado, impermeável, DIMENSÃO: Comprimento: 65cm, Largura: 44cm (± 2cm), Altura mínima: 2cm	HIWM	60	R\$ 292,84	R\$ 17.570,40
			HRS	50		R\$ 14.642,00
			HRNP	12		R\$ 3.514,08
			HRL	48		R\$ 14.056,32
			HRTB	20		R\$ 5.856,80
VALOR TOTAL				190	R\$ 55.639,60	

LOTE 13 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 95596	Colchão, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, REVESTIMENTO: Capa em PVC siliconado, impermeável, DIMENSÃO: Comprimento: 62cm, Largura: 47cm, Altura: 3,5cm (variação de +/- 10%),	HIWM	60	R\$ 162,67	R\$ 9.760,20
			HRS	36		R\$ 5.856,12
			HRNP	12		R\$ 1.952,04
VALOR TOTAL				108	R\$ 17.568,36	

LOTE 14 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 95774	Colchão, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, REVESTIMENTO: Capa em PVC siliconado, impermeável, DIMENSÃO: Comprimento: 70cm, Largura: 47cm, Altura: 2cm (variação de +/- 5%),	HIWM	60	R\$ 175,54	R\$ 10.532,40
			HRS	40		R\$ 7.021,60
VALOR TOTAL				100	R\$ 17.554,00	

LOTE 15 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 80211	Colchão, TIPO: Tripartido, compatível para sistema PPP (pré-parto, parto e pós-parto), USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, DIMENSÃO APROXIMADA: Comprimento total (3 peças unidas): 1,88m, Largura: 0,79m, Espessura: 0,7cm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Impermeável	HRS	5	R\$ 300,25	R\$ 1.501,25
			HRNP	12		R\$ 3.603,00
			HRL	12		R\$ 3.603,00
			HRG	1		R\$ 300,25
			HRTB	6		R\$ 1.801,50
VALOR TOTAL				36	R\$ 10.809,00	

LOTE 16 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 73523	Colchão, USO: Hospitalar, incubadora, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, capa em PVC siliconado, impermeável, DIMENSÃO: Comprimento:	HIWM	60	R\$ 64,89	R\$ 3.893,40
			HRS	36		R\$ 2.336,04
			HRNP	24		R\$ 1.557,36
			HRL	24		R\$ 1.557,36

Protocolo: 22.921.376-8

Pregão Eletrônico nº 19/2026

(página 1 de 36)

	64cm, Largura: 31cm (± 2cm), Altura mínima: 2cm	HRG	2		R\$ 129,78
		HRTB	15		R\$ 973,35
VALOR TOTAL			161	R\$ 10.447,29	

LOTE 17 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 95672	Almofada, TIPO: Ortopédica, casca de ovo, ESPECIFICAÇÃO: Com válvula de ar, confeccionada em PVC, impermeável, que permita desinfecção para uso hospitalar, com comprimento de 45cm e largura de 45cm (variação de +/- 10cm), espessura de 10cm	HIWM	24	R\$ 53,98	R\$ 1.295,52
			HRS	120		R\$ 6.477,60
			HRNP	36		R\$ 1.943,28
			HRL	120		R\$ 6.477,60
			HZN	120		R\$ 6.477,60
			HRIV	24		R\$ 1.295,52
			HRG	6		R\$ 323,88
			HRTB	60		R\$ 3.238,80
			HAB	12		R\$ 647,76
VALOR TOTAL				522	R\$ 28.177,56	

LOTE 18 – AMPLA CONCORRENCIA						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6519 - 66211	Almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar, medidas: 40 cm x 40 cm x 10 cm (variação de 10 cm para mais ou para menos)	HIWM	18	R\$ 225,33	R\$ 4.055,94
			HRS	90		R\$ 20.279,70
			HRL	90		R\$ 20.279,70
			HZN	90		R\$ 20.279,70
			HRIV	28		R\$ 6.309,24
			HRG	4		R\$ 901,32
			HRTB	45		R\$ 10.139,85
			HDSPR	18		R\$ 4.055,94
			HAB	9		R\$ 2.027,97
VALOR TOTAL				392	R\$ 88.329,36	

LOTE 19 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6519 - 66211	Almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar, medidas: 40 cm x 40 cm x 10 cm (variação de 10 cm para mais ou para menos)	HIWM	6	R\$ 225,33	R\$ 1.351,98
			HRS	30		R\$ 6.759,90
			HRL	30		R\$ 6.759,90
			HZN	30		R\$ 6.759,90
			HRIV	8		R\$ 1.802,64
			HRG	2		R\$ 450,66
			HRTB	15		R\$ 3.379,95
			HDSPR	6		R\$ 1.351,98
			HAB	3		R\$ 675,99
VALOR TOTAL				130	R\$ 29.292,90	

LOTE 20 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6514 - 84403	Cunha de Posicionamento, MATERIAL: Espuma, impermeável, que permita desinfecção para uso hospitalar TAMANHO: 50X50X20	HIWM	24	R\$ 93,54	R\$ 2.244,96
			HRS	120		R\$ 11.224,80
			HRNP	24		R\$ 2.244,96
			HRL	90		R\$ 8.418,60
			HRCO	30		R\$ 2.806,20
			HZN	60		R\$ 5.612,40
			HZS	24		R\$ 2.244,96
			HRIV	12		R\$ 1.122,48
			HRG	6		R\$ 561,24
			HRTB	30		R\$ 2.806,20
			HDSPR	36		R\$ 3.367,44
VALOR TOTAL			456	R\$ 42.654,24		

LOTE 21 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6518 - 84403	Rolo de Posicionamento, MATERIAL:	HIWM	36	R\$ 77,47	R\$ 2.788,92

Protocolo: 22.921.376-8

Pregão Eletrônico nº 19/2026

(página 1 de 36)

	Espuma, DIMENSÃO APROXIMADA: 30cm x 60cm, variação de 10 cm para mais ou para menos) Impermeável que permita desinfecção para uso hospitalar	HRS	120	R\$ 9.296,40
		HRNP	24	R\$ 1.859,28
		HRL	120	R\$ 9.296,40
		HRCO	70	R\$ 5.422,90
		HZN	120	R\$ 9.296,40
		HZS	36	R\$ 2.788,92
		HRIV	24	R\$ 1.859,28
		HRG	10	R\$ 774,70
		HRTB	30	R\$ 2.324,10
		HDSPR	24	R\$ 1.859,28
VALOR TOTAL			614	R\$ 47.566,58

LOTE 22 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 95775	Rolo meia lua para posicionamento, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma, REVESTIMENTO: Capa de courvin, DIMENSÃO: Comprimento: 40cm, Largura: 20cm, Altura: 12cm (variação de +/- 5cm)	HIWM	10	R\$ 79,09	R\$ 790,90
			HRS	60		R\$ 4.745,40
			HRNP	24		R\$ 1.898,16
			HRL	90		R\$ 7.118,10
			HZN	60		R\$ 4.745,40
			HZS	36		R\$ 2.847,24
			HRIV	24		R\$ 1.898,16
			HRG	6		R\$ 474,54
			HRTB	30		R\$ 2.372,70
			HDSPR	24		R\$ 1.898,16
VALOR TOTAL				364	R\$ 28.788,76	

LOTE 23 – ME/EPP						
ITEM	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6511 - 95776	Coxim suporte de cabeça circular, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Interna de espuma em poliuretano, externa com material impermeável e resistente à desinfecção química, DIMENSÃO: Diâmetro: 16cm, Altura: 5cm (variação de +/- 5%)	HIWM	6	R\$ 139,68	R\$ 838,08
			HRS	60		R\$ 8.380,80
			HRNP	24		R\$ 3.352,32
			HRL	90		R\$ 12.571,20
			HZN	60		R\$ 8.380,80
			HZS	12		R\$ 1.676,16
			HRIV	24		R\$ 3.352,32
			HRG	5		R\$ 698,40
			HRTB	30		R\$ 4.190,40
			HDSPR	12		R\$ 1.676,16
VALOR TOTAL				323	R\$ 45.116,64	

Valor total do processo é de R\$ 870.633,09 (oitocentos e setenta mil, seiscentos e trinta e três reais e nove centavos).

1.1.1 CENTRO DE CUSTOS/ORÇAMENTO POR UNIDADE

UNIDADE	VALOR POR UNIDADE
HIWM	R\$ 144.667,55
HRS	R\$ 197.139,33
HRNP	R\$ 34.251,06
HRL	R\$ 159.434,24
HRCO	R\$ 25.603,10
HZN	R\$ 109.195,74
HZS	R\$ 28.505,20
HRIV	R\$ 26.370,40
HRG	R\$ 16.022,64
HRTB	R\$ 60.451,61
HAB	R\$ 42.178,82
HDSPR	R\$ 26.813,40
VALOR TOTAL	R\$ 870.633,09

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Para cada item a ser fornecido, devem ser atendidas minimamente as seguintes especificações técnicas:

LOTE	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO
1	6511 - 31774	Colchão Caixa de Ovo Fechado, Articulado de Uso Hospitalar, Maior Resistência, Elasticidade e Durabilidade, PVC anti-chamas Divisões internas que eliminam a ondulação da água, 01 válvula de água e 01 válvula de ar, Anti-escaras, para cama fowler, É composto de duas partes: A parte maior que é o colchão, pode ser cheia com água ou ar, pois possui duas válvulas próprias para esse fim, A parte menor, que é o travesseiro inflável, deve ser enchido com ar, possuindo uma válvula própria, Capacidade de Até 150kg, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atóxico e Lavável, UNID. DE MEDIDA: Unitário
2	6510 - 42936	Colchão de ar neonatal, APRESENTAÇÃO: Assento caixa de ovo quadrada d'água, com encosto inflável, MATERIAL: 100% policloreto de polivinila, DIMENSÃO: 45cm x 90cm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Prazo de validade: 90% do prazo total da validade do produto na data da entrega, EMBALAGEM: Individual, contendo na sua parte externa impressos em língua portuguesa as seguintes informações: identificação, tamanho, procedência, data de fabricação, validade, lote, registro na ANVISA, UNID. DE MEDIDA: Unitário
3	6515 - 45395	Colchão Pneumático, Com Bomba de Ar, Sistema de Pressão Alternada, Composto de 130 células, confeccionado em PVC, leve e flexível, impermeável, cantos arredondados, tempo máximo para inflar 10 minutos, peso mínimo suportado 120kg, dimensões aproximadas: 99cm x 86cm x 6cm (comprimento, largura e altura inflado), peso máximo 4kg, deve acompanhar kit de pequenos reparos e capa protetora impermeável, Bomba e Sistema de Controle nível de vibração baixo, silencioso, o tubo de conexão bomba/colchão deve ter no mínimo 03 (três) metros, deve ter gancho na parte posterior para facilitar a fixação, comprimento do cabo de força no mínimo 03 (três) metros, a bomba deve possuir mecanismo de saída que não obstrua a passagem do ar, deve possuir várias graduações de pressão, luz indicadora de funcionamento, tempo de ciclo de 05 (cinco) minutos, tensão de alimentação 127V/Bivolt automático, garantia mínima de 01 (um) ano, UNID. DE MEDIDA: Unitário
4	6510 - 23543	Manta, Modelo Acesso Total, USO: Sob o corpo "Tipo Colchão", COMPOSIÇÃO: Polipropileno e papel grau cirúrgico, Microperfurada por igual permitindo distribuição uniforme de ar quente, TAMANHO: Adulto, Com faixa adesiva para fixação à mesa, Resistente ao calor (Fire Retardant), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Descartável, Com protetores para os pés, UNID. DE MEDIDA: Unitário (09 equipamentos de ar quente em comodato compatível com o modelo dos itens adquiridos.)
5	6510 - 23546	Manta, Modelo Acesso Total, Para Uso Sob o Corpo "Tipo Colchão", MATERIAL: Polipropileno e papel grau cirúrgico, Microperfurada por igual permitindo distribuição uniforme de ar quente, USO: Pediátrico, Com faixa adesiva para fixação à mesa, Resistente ao calor (Fire Retardant), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Descartável, Com protetores para os pés, UNID. DE MEDIDA: Unitário (05 equipamentos de ar quente em comodato compatível com o modelo dos itens adquiridos.)
6	6511 - 91781	Travesseiro, TIPO: Adulto, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Enchimento em fibra acrílica 100% poliéster e capa em courvin, resistente, impermeável, laminado sintético de PVC e reforço interno em poliéster e algodão, soldada eletronicamente, com zíper para retirada da espuma em uma das laterais da largura, DIMENSÃO: Para fronha com Comprimento: 70cm, Largura: 50cm, COR: Azul, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário
7	6511 - 95807	Travesseiro, TIPO: Infantil, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Com espuma macia em camadas, encapado com plástico resistente a desinfecção química, com tratamento antiácidos, fungos e bactérias, DIMENSÃO: Para fronha com Comprimento: 40cm, Largura: 30cm, COR: Azul, UNID. DE MEDIDA: Unitário
8 – 9	6511 - 91772	Colchão, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma de poliuretano, DENSIDADE: D33, REVESTIMENTO: Capa em courvin, impermeável, de laminado sintético de PVC e reforço interno em poliéster e algodão, soldada eletronicamente, com zíper para retirada da espuma em uma das laterais da largura e respiros nas laterais do comprimento, com 2 ilhoses de cada lado, COR: Azul, DIMENSÃO: Comprimento: 190cm, Largura: 80cm, Altura: 12cm (variação de +/- 10%), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário
10	6511 - 95594	Colchão, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma de poliuretano, REVESTIMENTO: Capa em courvin, impermeável, de laminado sintético de PVC e reforço interno em poliéster e algodão, soldada eletronicamente, com zíper para retirada da espuma em uma das laterais da largura e respiros nas laterais do comprimento, DIMENSÃO: Comprimento: 152cm, Largura: 75cm, Altura: 12cm (variação de +/- 10%), UNID. DE MEDIDA: Unitário
11	6511 - 95595	Colchão, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma de poliuretano, REVESTIMENTO: Capa em courvin, impermeável, de laminado sintético de PVC e reforço interno em poliéster e algodão, soldada eletronicamente, com zíper para retirada da espuma em uma das laterais da largura e respiros nas laterais do comprimento, DIMENSÃO: Comprimento: 136cm, Largura: 64cm, Altura: 10cm (variação de +/- 10%), UNID. DE MEDIDA: Unitário
12	6511 - 73524	Colchão, USO: Hospitalar, berço neonatal, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, capa em PVC siliconado, impermeável, DIMENSÃO: Comprimento: 65cm, Largura: 44cm (± 2cm), Altura mínima: 2cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário
13	6511 - 95596	Colchão, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, REVESTIMENTO: Capa em PVC siliconado, impermeável, DIMENSÃO: Comprimento: 62cm, Largura: 47cm, Altura: 3,5cm (variação de +/- 10%), UNID. DE MEDIDA: Unitário
14	6511 - 95774	Colchão, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, REVESTIMENTO: Capa em PVC siliconado, impermeável, DIMENSÃO: Comprimento: 70cm, Largura: 47cm, Altura: 2cm (variação de +/- 5%), UNID. DE MEDIDA: Unitário
15	6511 - 80211	Colchão, TIPO: Tripartido, compatível para sistema PPP (pré-parto, parto e pós-parto), USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, DIMENSÃO APROXIMADA: Comprimento total (3 peças unidas): 1,88m, Largura: 0,79m, Espessura: 0,7cm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Impermeável, UNID. DE MEDIDA: Unitário
16	6511 - 73523	Colchão, USO: Hospitalar, incubadora, COMPOSIÇÃO: Espuma flexível de poliuretano, capa em PVC siliconado, impermeável, DIMENSÃO: Comprimento: 64cm, Largura: 31cm (± 2cm), Altura mínima: 2cm,

		UNID. DE MEDIDA: Unitário
17	6511 - 95672	Almofada, TIPO: Ortopédica, casca de ovo, ESPECIFICAÇÃO: Com válvula de ar, confeccionada em PVC, impermeável, que permita desinfecção para uso hospitalar, com comprimento de 45cm e largura de 45cm (variação de +/- 10cm), espessura de 10cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário
18 - 19	6519 - 66211	Almofada de assento para prevenção de úlceras de pressão em células de ar, medidas: 40 cm x 40 cm x 10 cm (variação de 10 cm para mais ou para menos) CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário
20	6514 - 84403	Cunha de Posicionamento, MATERIAL: Espuma, impermeável, que permita desinfecção para uso hospitalar TAMANHO: 50X50X20, variação de 10 cm para mais ou para menos) UNID. DE MEDIDA: Unitário
21	6514 - 68186	Rolo de Posicionamento, MATERIAL: Espuma, DIMENSÃO APROXIMADA: 30cm x 60cm, variação de 10 cm para mais ou para menos) Impermeável que permita desinfecção para uso hospitalar Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário
22	6511 - 95775	Rolo meia lua para posicionamento, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Espuma, REVESTIMENTO: Capa de courvin, DIMENSÃO: Comprimento: 40cm, Largura: 20cm, Altura: 12cm (variação de +/- 5cm), UNID. DE MEDIDA: Unitário
23	6511 - 95776	Coxim suporte de cabeça circular, USO: Hospitalar, COMPOSIÇÃO: Interna de espuma em poliuretano, externa com material impermeável e resistente à desinfecção química, DIMENSÃO: Diâmetro: 16cm, Altura: 5cm (variação de +/- 5%), UNID. DE MEDIDA: Unitário

Requisitos da compra ou da contratação

Requisitos do Fornecedor - Alvará Sanitário (RDC no 66 2020 Risco II, sujeito à vigilância sanitária – Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos e comércio de outros produtos não especificado anteriormente.). Requisitos do Produto - Certificado de Registro do Produto e/ou Notificação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou cópia da publicação no Diário Oficial da União, contendo o despacho completo da concessão do registro ou dispensa, se for o caso;

1.2.2 Os requisitos básicos de aquisição de artigos para descanso e conforto podem variar dependendo das especificidades, neste caso, inclui os seguintes aspectos:

1.2.3 O acondicionamento e o transporte dos produtos devem ser feitos de acordo com o exigido para cada tipo de produto, devidamente protegido do pó e variações de temperatura, especialmente no caso de itens sensíveis, de modo a garantir a qualidade e integridade deles.

1.2.4 As embalagens externas devem mencionar as condições corretas de armazenamento do produto, entre elas, temperatura, umidade, empilhamento, entre outras.

1.2.5 A troca deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a solicitação da Contratante.

1.2.6 No ato da entrega de itens garantidos pela carta de comprometimento de troca, a nota fiscal apresentada deve informar que o produto é referente a uma reposição por troca, especificando a nota fiscal e empenho de origem.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - órgão responsável. Deste modo, não foi possível utilizar o catálogo eletrônico de padronização na presente contratação.

1.3.2 Porém, esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas dos objetos são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.3.3 Em observância ao princípio da padronização, visando compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, foi adotada a descrição técnica padronizada no catálogo do sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS) do objeto da presente contratação.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 A entrega dos itens deverá ser realizada de forma **PARCELADA**, de acordo com os prazos e locais especificados no tópico 9 deste Termo de Referência.

1.4.2 A entrega deverá ser feita livre de despesas com frete, seguro, impostos, taxas, carga e descarga. Para fins de elaboração de proposta, todas as despesas com frete, seguro, encargos financeiros deverão estar embutidos no valor ofertado.

1.4.3 O fornecedor deverá FAZER CONSTAR NA NOTA FISCAL o número do protocolo, número da autorização de fornecimento, Unidade Hospitalar de destino, o número da agência e da conta corrente do banco onde o pagamento deverá ser creditado.

1.4.2 Será solicitado equipamento em comodato dos seguintes itens:

Lote 04 – 09 (nove) equipamentos de ar quente em comodato.

Lote 05 – 05 (cinco) equipamentos de ar quente em comodato

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 O primeiro licitante classificado deverá entregar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e/ou catálogo e/ou ficha técnica, com a finalidade de verificar o atendimento às especificações constantes do edital e de seus anexos, não sendo necessário o envio de amostras.

Deverá ser encaminhado aos cuidados do Setor de Hotelaria do HIWM, ao fiscal de contrato:

José Augusto Chezanoski

E-mail josechezanoski@sesa.pr.gov.br

E-mail: amostra.funeas@gmail.com

Telefone (41) 3391-8135 - HIWM

Divisão de Licitação (41) 3202-6831 (FUNEDS/PR - SEDE)

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.5 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

1.5.17 TABELA DE AMOSTRAS:

LOTES	ENTREGA DAS AMOSTRAS
1 ao 23	A primeira classificada em primeiro lugar deverá entregar o descritivo técnico e/ou catálogo e/ou ficha técnica.

2 DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de solicitação de abertura de Processo Administrativo nº 22.921.376-8, para aquisição de artigos semipermanentes para descanso e conforto (travesseiros, colchões, coxim, almofadas e mantas) para atender as demandas das unidades FUNEDS (HIWM, HRS, HRNP, HRL, HRCO, HZN, HZS, HRIV, HRG, HRTB, HDSPR e HAB.) visando atendê-las por um período de 12 meses.

DA LEGITIMIDADE

A FUNDAÇÃO ESTATAL FUNEDS é uma Fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de beneficência social, de interesse e de utilidade pública. A FUNEDS integra a administração pública indireta da SESA, tendo por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde nas Unidades próprias. A fundamentação legal está amparada no contrato de gestão Nº 001/2021 vigente desde 01/01/2021, firmado entre a SESA e FUNEDS, que estipula a operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS nas Unidades Assistenciais e Operacionais Próprias da Secretaria de Estado da Saúde, onde se inclui – dentro de um rol amplo de aquisições – Itens de consumo, Itens permanentes e Itens semipermanentes dentre eles itens para acomodação e conforto dos pacientes e acompanhantes

DA LEGALIDADE

As compras públicas regem-se pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, e demais regulamentações, portanto, imperativo que a contratação pretendida ocorra mediante processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo de julgamento de Menor Preço. Esta definição ocorreu em razão da Lei Federal nº 14.133/2021, reafirmada pelo Decreto Estadual 10.086/2022:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação **obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de **menor preço** ou o de maior desconto;

[...] Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o **pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital**, por meio de especificações usuais de mercado. (grifo nosso)

Optou-se pela realização da presente licitação na modalidade eletrônica, conforme preferência definida na mesma Lei:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

[...] § 2º As licitações serão realizadas **preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. (grifo nosso).

DO INTERESSE PÚBLICO

As Unidades Hospitalares contempladas neste processo são totalmente voltadas para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e integram a rede de hospitais públicos, constituída pelo Governo do Estado do Paraná, mantidos com recursos provenientes do orçamento estadual.

A Gerência de Enfermagem e Hotelaria da Diretoria Técnica da FUNFEAS SEDE, atendendo a solicitação da Superintendência de Aquisições – DA/SAQ, no uso de suas atribuições encaminha o presente processo para a aquisição global de itens de encosto, materiais semipermanentes para atender as Unidades FUNFEAS com entrega prevista nas Unidades e assim estarem municiadas de itens que proporcionam suporte quanto as acomodações e conforto dos pacientes e acompanhantes.

Todas as Unidades beneficiadas neste processo integram e ofertam serviços e/ou procedimentos pelo SUS, são elas:

O **Hospital Infantil Waldemar Monastier - HIWM** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, especializada no atendimento de média e alta complexidade, de crianças e adolescentes, totalmente voltado para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente possui uma estrutura com 102 leitos ativos, destes 20 leitos de UTI Pediátrica, 30 leitos de UTI neonatal e leitos de hospital dia, leitos clínicos e cirúrgicos, os quais são 100% regulados pela Central Estadual de Regulação, através do Sistema GSUS/CARE/PR. Integra a rede de hospitais públicos, constituída pelo Governo do Estado do Paraná e mantida com recursos provenientes do orçamento estadual, administrado pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNFEAS.

O **Hospital Regional do Sudoeste – HRSWAP** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, estratégica para o Atendimento à pacientes graves e moderados. Esta Unidade Hospitalar possui leitos de UTI Adulto, de UTI Neonatal, UCI Neonatal, leitos de Suporte Avançado de Vida Neonatal e de Suporte Avançado de Vida Adulto e leitos clínicos e cirúrgicos. Os leitos são 100% regulados pela Central Estadual de Regulação, através do Sistema GSUS e referência para as emergências do Corpo de Bombeiros e SAMU. Assim, esta unidade hospitalar, que atualmente conta com 159 leitos ativos, é referência para 42 municípios (sendo estes os 15 municípios da 7ª Regional e os 27 municípios da 8ª Regional de Saúde) da região Sudoeste do Paraná no atendimento de traumas, cirurgia vascular, gestação de risco intermediário e alto risco, UTI Neonatal e UTI Adulto, Cirurgia Pediátrica, Urologia, Bucomaxilo, e ainda sendo referência para SAMU, SIATE e Complexo Regulador Estadual Macro Oeste, contemplando aproximadamente 600.000 habitantes.

O **Hospital Regional do Norte Pioneiro – HRNP** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, exerce as atividades de atendimento médico hospitalar abrangendo os 22 municípios do Norte Pioneiro dentre as áreas de Maternidade, Obstetrícia, Ortopedia, possuindo 90 leitos, e atividades de cirurgias eletivas.

O **Hospital Regional do Litoral – HRL** é uma instituição pública de saúde, sendo o quarto maior Hospital Público do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, voltada para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente conta com 136 leitos ativos regulados pelo sistema GSUS/CARE/PR, sendo referência para atendimento de emergências do Corpo de Bombeiros e SAMU dos 7 municípios da região (Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná).

O **Hospital Regional do Centro Oeste – HRCO** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, com atendimento exclusivo aos Usuários do SUS, com capacidade operacional de 60 leitos, correspondendo 10 de UTI Adulto e 30 leitos de enfermaria clínica e 20 de enfermaria cirúrgica. A unidade tem perfil assistencial de média complexidade destinado ao atendimento como Hospital Geral referência a ortopedia e trauma e cirurgia geral.

O **Hospital Dr. Anísio Figueiredo – Zona Norte de Londrina – HZN** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, com estrutura contendo 99 leitos hospitalares ativos estes distribuídos em quatro unidades de enfermarias denominadas como A, B, C (Cirúrgica – pré e pós-operatória) e D, além de duas salas de emergência (S.E) com 2 leitos cada, ainda, 5 salas cirúrgicas, onde são realizadas cirurgias de ortopedia, vascular e cirurgia geral. É um hospital geral de urgência e emergência referenciado pelo SAMU e pela Central Estadual de Regulação, sendo referência para traumas, cirurgia geral, vascular entre outras, para toda a Macrorregião Norte.

O **Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul de Londrina – HZS** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, conta com 115 leitos hospitalares ativos, sendo 61 leitos de clínica médica, 26 leitos cirúrgicos, 14 leitos pediátricos e 10 leitos de psiquiatria e 4 leitos de emergência. A clínica médica conta com as especialidades de clínica médica geral, pneumologia, cardiologia, infectologia, neurologia, nefrologia, psiquiatria, cuidados paliativos e cirurgia vascular. Nas especialidades cirúrgicas, são realizados procedimentos cirúrgicos eletivos de ginecologia, cirurgia vascular, cirurgia geral, cirurgia infantil, cirurgia plástica, cirurgia odontológica e cirurgias de fissuras lábio palatais. Referência em atendimentos para o SAMU, SIATE e Central de Regulação nos casos de média complexidade para atendimento para os pacientes dos municípios da região abrangidos pela 17ª Regional de Saúde.

O **Hospital Regional de Ivaiporã – HRIV** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, com foco exclusivo ao Usuários do SUS, com capacidade operacional de 50 leitos, sendo 10 de UTI adulto, 20 leitos de enfermaria clínica e 20 de enfermaria cirúrgica. A unidade tem perfil assistencial de média complexidade ao qual se destina atendimento como Hospital Geral, sendo referência no foco na saúde do idoso, cuidados continuados, clínica médica e cirurgia eletiva.

O **Hospital Regional de Guaraqueçaba – HRG**, é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, possui estrutura com 14 leitos, dentre eles, 6 leitos clínica geral, 4 leitos para obstetrícia (clínica e cirúrgica), 2 leitos para psiquiatria e 2 leitos para pediatria clínica. A unidade hospitalar atende o complexo de ilhas e distritos, em uma grande área de difícil acesso, sendo o primeiro atendimento de urgências e emergências nessas localidades, além de atendimentos ambulatoriais e internamentos

O **Hospital Regional de Telêmaco Borba – HRTB** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, com foco no atendimento exclusivo aos Usuários do SUS, sendo referência à média complexidade nas internações clínicas, com capacidade 20 leitos ativos de enfermaria clínica, 10 leitos de UTI NEO. A Unidade passará a assumir perfil assistencial de média complexidade ao qual se destina ao atendimento como Hospital Geral Materno Infantil de Alto Risco.

O **Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná – HDSPR** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, atualmente conta com uma estrutura de 21 consultórios, 09 box de curativos, 01 sala de fototerapia, 01 sala de doppler, 02 salas de procedimentos cirúrgicos, 01 sala de medicação com 03 vagas, 01 consultório odontológico, 02 salas de fisioterapia, 01 câmara hiperbárica, 01 oficina de palmilhas e órteses, 01 triagem e serviços de apoio, os quais são utilizados para atendimentos ambulatoriais regulados pelo sistema CARE/GSUS da SESA, e ofertando consultas para Dermatologia, Cirurgia Vascular, Ambulatório de Feridas para a 1ª, 2ª e 6ª Regionais de Saúde e Consultas de Hanseníase para todas as Regionais de Saúde do Paraná.

O **Hospital Colônia Adauto Botelho – HAB** é uma instituição pública de saúde do Governo do Estado do Paraná com gestão executada pela FUNFEAS, localizado no município de Pinhais, atualmente ativo como Hospital Especializado com referência em psiquiatria, perfil assistencial de baixa complexidade contando com 66 leitos ativos. Os itens serão utilizados de forma integral nas Unidades Hospitalares, na condição de suporte parcial às atividade-fim, ou seja, atender a população das regiões pelo Sistema Único de Saúde.

HRIWM				
LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 01	6511-31774	Colchão caixa de ovo	0,17	2
lote 02	6510-42936	Colchão de ar neonatal	1,00	12

lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	0,25	3
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	2,00	24
lote 05	6510 - 23546	Manta Térmica uso pediátrico. Tipo Colchão	40,00	480
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	3,33	40
lote 07	6511-95807	Travesseiro INFANTIL	10,00	120
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	5,00	60
lote 09	6511-95594	Colchão hospitalar INFANTIL impermeável P/ Berço. 152 cm X 75cm COM 12 DE ALTURA	2,50	30
lote 10	6511-95595	Colchão hospitalar INFANTIL impermeável P/ Berço. 136 cm X 64 cm COM 10 CM DE ALTURA.	2,50	30
lote 11	6511-73524	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO	5,00	60
lote 12	6511-95596	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO- Medidas: 3,5 cm espessura x 47 cm x 62 cm.	5,00	60
lote 13	6511-95774	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO- Medidas 02 cm espessura x 47 cm x 70 cm	5,00	60
lote 14	6511-80211	Colchão para cama PPP	0,00	0
lote 15	6511-73523	Colchão Hospitalar PARA INCUBADORA NEONATAL	5,00	60
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	2,00	24
lote 17	6519-66211	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ASSENTO)	2,00	24
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	2,00	24
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	3,00	36
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	0,83	10
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	0,50	6

HRS				
LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 01	6511-31774	Colchão caixa de ovo	8,33	100
lote 02	6510-42936	Colchão de ar neonatal	2,00	24
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	3,33	40
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	10,00	120
lote 05	6510 - 23546	Manta Térmica uso pediátrico. Tipo Colchão	10,00	120
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	21,17	254
lote 07	6511-95807	Travesseiro INFANTIL	6,00	72
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	8,33	100
lote 09	6511-95594	Colchão hospitalar INFANTIL impermeável P/ Berço. 152 cm X 75cm COM 12 DE ALTURA	2,50	30
lote 11	6511-73524	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO	4,17	50
lote 12	6511-95596	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO- Medidas: 3,5 cm espessura x 47 cm x 62 cm.	3,00	36
lote 13	6511-95774	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO- Medidas 02 cm espessura x 47 cm x 70 cm	3,33	40
lote 14	6511-80211	Colchão para cama PPP	0,42	5
lote 15	6511-73523	Colchão Hospitalar PARA INCUBADORA NEONATAL	3,00	36
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	10,00	120

lote 17	6519-66211	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ASSENTO)	10,00	120
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	10,00	120
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	10,00	120
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	5,00	60
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	5,00	60

HRNP

LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 01	6511-31774	Colchão caixa de ovo	3,00	36
lote 02	6510-42936	Colchão de ar neonatal	2,00	24
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	0,50	6
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	2,00	24
lote 07	6511-95807	Travesseiro INFANTIL	2,00	24
lote 11	6511-73524	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO	1,00	12
lote 12	6511-95596	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO. Medidas: 3,5 cm espessura x 47 cm x 62	1,00	12
lote 14	6511-80211	Colchão para cama PPP	1,00	12
lote 15	6511-73523	Colchão Hospitalar PARA INCUBADORA NEONATAL	2,00	24
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	3,00	36
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	2,00	24
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	2,00	24
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	2,00	24
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	2,00	24

HRL

LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 01	6511-31774	Colchão caixa de ovo	5,00	60
lote 02	6510-42936	Colchão de ar neonatal	1,00	12
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	5,50	66
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	20,00	240
lote 05	6510 - 23546	Manta Térmica uso pediátrico. Tipo Colchão	10,00	120
lote 07	6511-95807	Travesseiro INFANTIL	3,00	36
lote 09	6511-95594	Colchão hospitalar INFANTIL impermeável P/ Berço. 152 cm X 75cm COM 12 DE ALTURA	1,67	20
lote 11	6511-73524	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO	4,00	48
lote 14	6511-80211	Colchão para cama PPP	1,00	12
lote 15	6511-73523	Colchão Hospitalar PARA INCUBADORA NEONATAL	2,00	24
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	10,00	120
lote 17	6519-66211	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ASSENTO)	10,00	120
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	7,50	90
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	10,00	120
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	7,50	90

lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	7,50	90
---------	------------	---	------	----

HRCO

LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 01	6511-31774	Colchão caixa de ovo	3,33	40
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	1,67	20
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	5,00	60
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	0,50	6
lote 07	6511-95807	Travesseiro INFANTIL	3,00	36
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	10,00	120
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	10,00	120
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	10,00	120

HZN

LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	2,50	30
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	3,00	36
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	25	300
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	7,50	90
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	10,00	120
lote 17	6519-66211	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ASSENTO)	10,00	120
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	5,00	60
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	10,00	120
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	5,00	60
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	5,00	60

HZS

LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	0,50	6
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	7,50	90
lote 07	6511-95807	Travesseiro INFANTIL	2,00	24
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	3,17	38
lote 10	6511-95595	Colchão hospitalar INFANTIL impermeável P/ Berço. 136 cm X 64 cm COM 10 CM DE ALTURA.	1,00	12
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	2,00	24
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	3,00	36
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	3,00	36
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	1,00	12

HRIV

LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	1,50	18
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	2,00	24
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	4,17	50
lote 07	6511-95807	Travesseiro INFANTIL	2,00	24
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	2,00	24
lote 17	6519-66211	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ASSENTO)	3,00	36
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	1,00	12
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	2,00	24
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	2,00	24
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	2,00	24

HRG				
LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 01	6511-31774	Colchão caixa de ovo	1,00	12
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	0,17	2
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	2,00	24
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	4,75	57
lote 07	6511-95807	Travesseiro INFANTIL	1,00	12
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	1,50	18
lote 09	6511-95594	Colchão hospitalar INFANTIL impermeável P/ Berço. 152 cm X 75cm COM 12 DE ALTURA	0,17	2
lote 11	6511-73524	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO	0,08	1
lote 14	6511-80211	Colchão para cama PPP	0,08	1
lote 15	6511-73523	Colchão Hospitalar PARA INCUBADORA NEONATAL	0,25	3
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	1,00	12
lote 17	6519-66211	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ASSENTO)	1,00	12
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	1,00	12
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	1,00	12
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	1,00	12
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	1,00	12

HRTB				
LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 01	6511-31774	Colchão caixa de ovo	1,00	12
lote 02	6510-42936	Colchão de ar neonatal	1,00	12
lote 03	6515-45395	Colchão Pneumático	0,17	2
lote 04	6510 - 23543	Manta Térmica uso adulto – Tipo Colchão	1,00	12
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	2,50	30
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	5,00	60
lote 11	6511-73524	Colchão Hospitalar para Berço AQUECIDO RECEM NASCIDO	1,67	20

lote 14	6511-80211	Colchão para cama PPP	0,50	06
lote 15	6511-73523	Colchão Hospitalar PARA INCUBADORA NEONATAL	1,25	15
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	5,00	60
lote 17	6519-66211	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ASSENTO)	5,00	60
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	2,50	30
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	2,50	30
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	2,50	30
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	2,50	30

HDS				
LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	1,00	12
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	2,00	24
lote 18	6514-84403	CUNHA MÉDIA PARA POSICIONAMENTO	2,00	24
lote 19	6514-68186	COXIM HOSPITALAR - ROLO DE APOIO CORPORAL	2,00	24
lote 20	6511-95775	COXIM SUPORTE DE CABEÇA ANATÔMICO	2,00	24
lote 21	6511-95776	COXIM HOSPITALAR - CIRCULAR APOIO DE CABEÇA	2,00	24

HAB				
LOTES	GMS	ITENS	CMM	CMA
lote 01	6511-31774	Colchão caixa de ovo	1,00	12
lote 06	6511 - 91781	Travesseiro ADULTO	9,17	110
lote 08	6511-91772	Colchão hospitalar impermeável ADULTO	9,17	110
lote 16	6511-95672	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ENCOSTO)	1,00	12
lote 17	6519-66211	ALMOFADA IMPERMEÁVEL PARA POLTRONA (ASSENTO)	1,00	12

Por fim, esta contratação visa assegurar o abastecimento das Unidades quanto aos itens, de forma a garantir a eficiência e a efetividade dos serviços ofertados ao usuário e acompanhantes.

DOS BENEFÍCIOS

A vantajosidade e a conveniência da aquisição dos itens para acomodar e de forma adequadas pacientes e acompanhantes possuem várias nuances, são elas:

Colchões	Os itens proporcionam conforto ao paciente e acompanhantes, pois, possibilitam juntamente com a cama e a poltrona de acompanhante uma ergonomia adequada para o repouso enquanto as pessoas permaneçam internadas nos hospitais. O conforto é preponderante para pacientes e acompanhantes, pois, a condição de internado e até mesmo do acompanhante, fora de seu ambiente e rotina habitual por si gera um desconforto e mal-estar inerente a situação que se soma às preocupações quanto a saúde dos casos em questão. Deste modo, o acolhimento do paciente e familiares possui uma importância estratégica, sendo o conforto físico, com materiais adequados e suficientes em quantidades parte desta, almejando a humanização dos serviços.
Mantas Térmicas	
Travesseiros	
Almofadas p/ poltronas	
Cunha p/ Posicionamento	
Coxim p/ Apoio	

Área	Setor / Unidade Administrativa	Benefícios
Assistencial	12 Unidades Hospitalares atendidas (leitos pacientes).	A aquisição dos Itens possui o benefício de: - Incremento e/ou reposição dos estoques. - Conforto aos pacientes. - Conforto aos acompanhantes. - Condições adequadas para a execução dos tratamentos. - Compatibilidade com normas sanitárias.

DOS PROCUTOS GERADOS

A Aquisição dos Itens semipermanentes (Materiais de encosto e apoio) para pacientes e acompanhantes, visa trazer maior conforto e humanização na assistência prestada, e resultarão nos seguintes produtos:

- Contribui parcialmente para a oferta de leitos.
- Contribui parcialmente para a oferta de procedimentos.
- Contribui parcialmente para condições materiais para o exercício das terapêuticas e cuidados.
- Garantia de condições de conforto ao paciente.
- Garantia de condições de conforto aos acompanhantes.
- Contribuir para o bom andamento das rotinas hospitalares nos setores assistenciais.
- Contribuir para o atingimento das Metas

Sendo assim, os itens que se pretende adquirir se fazem necessários para o funcionamento hospitalar
É a motivação do ato.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

3.1.1 Os itens semipermanentes que se pretende adquirir são fundamentais para garantir o conforto dos pacientes, pois, trata-se de municiar as Unidades com recursos materiais adequados para que os pacientes estejam acomodados adequadamente evitando aspectos negativos referente ao uso do leito diariamente no caso dos colchões, coxim, cunha, almofadas e travesseiros. Além do conforto físico tátil destes itens, as mantas térmicas, proporcionam a estabilização da temperatura corporal de forma ágil garantindo a estabilização de quadros clínicos e o conforto térmico.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Critério utilizado: **MÉDIA**

4.2 Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 368, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, dentre eles:

- Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas;
- Preço constantes de banco de preço e fonte de preços
- Pesquisa com os fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso (Art. 368, IV)
- Pesquisa no aplicativo Notas Paraná (Art. 368, V)

4.3 Consta no caderno de instrução da presente licitação Justificativa do Preço Adotado, contemplando pormenorizadamente o procedimento realizado para estabelecimento dos valores de referência do edital, podendo ser consultado a qualquer tempo pelos interessados a fim de evidenciar que a aquisição está sendo realizada de acordo com os valores de mercado na presente data, condicionada a todas as particularidades provenientes da situação em que vivemos nesta data.

4.4 Deste modo, considerando que estes parâmetros são alternativas válidas – previstas no Decreto Estadual n.º 10.086/2022 – como alternativas de se realizar pesquisa de preços, entende-se que não ocorreu prejuízo na aferição do preço de mercado.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O presente processo é composto por 23 (Vinte e três) lotes, cada lote sendo composto por um único item.

5.2 O Objeto – materiais semipermanentes para encosto, apoio corporal e térmico - serão parcelados em lotes com um único item cada lote. O parcelamento amplia a possibilidade de orçamentos e concorrência uma vez que para cada Lote/Item poderão participar empresas de vários portes de acordo com suas possibilidades de fornecimento.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

6.2 A contratação de serviços prevista neste edital demanda que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber.

6.3 Que respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

6.4 Medidas Mitigadoras nas Unidades:

- Reciclagem de Embalagens ou destinação final adequada utilizando os contratos e os serviços de coleta de resíduos local separando o resíduo de forma adequada.
- Manter em pleno funcionamento as Comissões de Resíduo Hospitalar
- Treinamento de Pessoal, coleta e acondicionamento dos resíduos (gestão de resíduos nas Unidades);

6.5 Ao incluir requisitos de logística reversa e práticas sustentáveis nas contratações, a organização contribui para a redução dos impactos ambientais associados à produção e ao descarte. Essas medidas refletem um compromisso com a responsabilidade ambiental e podem gerar benefícios em longo prazo para o meio ambiente e a imagem da organização. Ao considerar esses fatores, a aquisição destes itens não apenas atenderá às necessidades nutricionais dos pacientes atendidos mas, contribuirá para a preservação do meio ambiente.

Decreto 10.086/2022 Art. 364. Caberá ao contratado tanto na aquisição de bens, quanto na prestação de serviços, apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Em cumprimento ao art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, ficam reservados exclusivamente para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte o lote: 1,2,3,4,5,6,7,9,10,11,12,13,14,15,16,17,19,20,21,22 e 23.

7.2 Lotes destinados à ampla concorrência: 8 e 18.

7.3 Se a ME ou EPP for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor valor.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9 DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 O prazo de entrega dos materiais é de 15 (quinze) dias, contados após o envio da ordem de compra ao fornecedor, em remessa **PARCELADA**, no endereço indicado abaixo:

9.1.1 LOCAIS DE ENTREGA:

HIWM - Hospital Infantil Waldemar Monastier

Rua XV de Novembro, 3701

Campo Largo – PR CEP: 83601-030

Responsável: José Augusto Chezanoski

Email: josechezanoski@sesa.pr.gov.br

Tel.: 41 3391-8135

Horário de Entrega: 09h às 16h - segunda à sexta-feira

HRS - Hospital Regional do Sudoeste

Rod. Vitório Traiano, 200 – Água Branca

Francisco Beltrão – PR CEP: 85.601-839

Responsável: Pablo Eleutherio da Luz

Email: hroscompa@outlook.com

Tel.: 46 3199-1700 ramal 1880

Horário de entrega: 08h00 – 17h00 - segunda à sexta-feira

HRNP - Hospital Regional do Norte Pioneiro

Rua Genor Juliano, 11 – Jardim Monte Verde
Santo Antônio da Platina – PR CEP: 86430-000
Responsável: Livia Silva Carvalho
Email: hotelariaenutricao.hrnp@gmail.com
Tel.: 43-999680504

Horário de entrega: 08h – 17h00 - segunda à sexta

HRL - Hospital Regional do Litoral

Rua Presidente Getúlio Vargas, 222 Palmital Paranaguá – PR CEP: 83206-020
Responsável: Renata Almeida E-mail: hrl.hotelaria@gmail.com
Tel.: (41) 985258167

Horário de Entrega: 10hs. - segunda à sexta-feira

HRCO - Hospital Regional do Centro Oeste

Av. Guarapuava, 1000 – Cidade dos Lagos
Responsável: Tiago Paula Guedes
Email.: nhotelariahrco@gmail.com
Tel.: 42 – 3141-2299

Horário de entrega: 08h30 – 12h00/13h00 – 17h00 - segunda à sexta

HZN - Hospital Zona Norte de Londrina

R.: Odilon Braga , 199
Londrina – PR CEP: 86084-600
Responsável pelo recebimento: Emerson Marcio Rodrigues
E-mail: emerson.rodrigues@sesa.pr.gov.br
Tel.: (43) – 33764641
Horário de Entrega: horário comercial.- segunda à sexta-feira

HZS - Hospital Zona Sul de Londrina

Rua das Orquideas, 75 Parque Ouro Branco
Londrina – PR CEP: 86042-180
Responsável: Silvana Ferri Fecchio
E-mail: silvanaffec@hotmail.com
Tel.: 43 999766702
Horário: 08h às 17h – segunda à sexta-feira

HRIV - Hospital Regional de Ivaiporã

Rua das Quaresmeiras, 55
Ivaiporã – PR CEP: 86.870-000
Responsável: Isabela Curtti Nenemann
E-mail: hri.fisioterapia@gmail.com
Tel.: 43 3484-0322
Horário de entrega: das 08 hs às 17 hs - segunda à sexta-feira

HRG - Hospital Regional de Guaraqueçaba

Av. Arapira, SN
Guaraqueçaba – PR CEP: 83390000
Responsável: Elenore Enns Vidal
E-mail: elenorevidal@sesa.pr.gov.br
Tel.: (41) 37986111
Horário de Entrega: 08h – 18h - segunda à sexta-feira

HRTB - Hospital regional de Telêmaco Borba

R.: Avenida Marechal Floriano Peixoto, S/N
Telêmaco Borba – Paraná – Cep.: 84.266-010
Responsável: Angelita Aparecida Machado
Email: angelita.machado@funeas.pr.gov.br
Tel.: 41 3272-7707

Horário Comercial: 08h às 17 hs - segunda à sexta-feira

HDSR - Hospital Dermatológico do Paraná

Rua: Frei Rui Guido Fepine, 1115

Piraquera – PR CEP: 83301-390

Responsável: Maria Antonia Maciel Cunha

Email: hdsfarm@sesa.pr.gov.br ou maria-cunha@funeas.pr.gov.br

Tel.: (41) 35422882 - - ramal 129

Horário de entrega: 07:30 às 12h – 13h às 15h.

HAB - Hospital Colônia Adauto Botelho

Rua Ivone Pimentel n. 1639

Pinhais – Paraná – CEP 83327-700

Responsável: Mariana Krasczcouvski Gonçalves dos Anjos

Email: almoxarifado.hab@gmail.com

Tel.: 41 2103-6518

Horário: 07hs às 16hs. - segunda à sexta-feira

9.2 O fornecimento dos produtos será de exclusiva responsabilidade da empresa licitante CONTRATADA, não cabendo nenhuma responsabilidade à CONTRATANTE, tanto no transporte como com os encargos de qualquer natureza.

9.3 A empresa vencedora do Lote 04 deverá fornecer 09 (nove) ventiladores de ar quente compatível com as mantas térmicas fornecidas no momento da entrega da primeira remessa, contendo manual de instruções/funcionamento.

9.4 A empresa vencedora do Lote 05 deverá fornecer 05 (cinco) ventiladores de ar quente compatível com as mantas térmicas fornecidas no momento da entrega da primeira remessa, contendo manual de instruções/funcionamento.

9.5 Para o conjunto do Lote 04, 05 o fornecedor fica responsável pela reposição dos aparelhos em comodato em caso de mau funcionamento, sem custo financeiro para a instituição no prazo de 15 dias úteis

9.6 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.8 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.8.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.10 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.11 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

9.12 Para realizar a Gestão e a Fiscalização da presente contratação, designa-se os servidores:

HIWM:

Gestor de Contrato: Guilherme Passetti - CPF:046.027.629-80 – Diretor Administrativo

Fiscal de Contrato: José Augusto Chezanoski - CPF: 3703872950 – Chefia da Hotelarias e Nutrição

HRS

Gestor de Contrato: Pablo Eleotherio da Luz - CPF:047.729.579-79 - Chefia de Suprimentos

Fiscal de Contrato: Regeane Moraes Palavicini - CPF:029.670.609-41 - Chefia de Hotelaria

HRNP

Gestor de Contrato: Luana Cristina de Souza - CPF: 054.887.839-03 – Diretora de Enfermagem

Fiscal de Contrato: Ana Carla Alves de Souza Patrial - CPF: 035.445.369-60 – Assessora Nível III

HRL

Gestor de Contrato: Juliana Pereira de Queiroz de Araujo CPF: 048.478.519-27 – Direção de Enfermagem.

Fiscal de Contrato: Renata Almeida - CPF: 7173931940 – Coordenação de Hotelaria

HRCO

Gestor de Contrato: Fernando José Guine – Diretor Geral

Fiscal de Contrato: Tiago Paula Guedes - CPF: 187.583.969-77 – Assistente Nível I – Nutrição e Hotelaria

HZN

Gestor de Contrato: Emerson Marcio Rodrigues - CPF: 954.208.869-87 – Diretor Administrativo

Fiscal de Contrato: Adelita Cristina Ponez - CPF.: 044.719.259-42 – Chefe almoxerifado

Fiscal suplente: Melissa Cristina Costa Bueno - CPF: 224.204.328-51 – Núcleo de Hotelaria e Nutrição

HZS

Gestor de Contrato: Juliana Vicente de Oliveira Franchi - CPF: 05716709974 – Diretora de Enfermagem, Hotelaria e Nutrição

Fiscal de Contrato: Silvana Ferri Fecchio - CPF: 55096786153 – Assistente Nível I – Núcleo de Hotelaria e Nutrição.

HRIV

Gestor de Contrato: Everson Fernandes de Oliveira - CPF: 337.848.248-62 - Gerente Administrativo

Fiscal de Contrato: Isabela Curti Nenemann - CPF: 009.583.059-60 – Coordenadora de fisioterapia

HRG

Gestor de Contrato: Elenore Enns Vidal - CPF: 92173012991 – Coordenação de Enfermagem/CCIH/Hotelaria

Fiscal de Contrato: Fabiana Calonaci Galeski - CPF: 95959041987 – Enfermeira CCIH

HRTB

Gestor de Contrato: Etienne Letícia Leone de Moraes - CPF: 224.295.328-16 – Gerência de enfermagem.

Fiscal de Contrato: Danielly Francine da Silva - CPF: 045.265.679-65 Coordenação de Hotelaria e Nutrição

HDSPR

Gestor de Contrato: Thiago Aurélio de Oliveira - CPF: 4582036961 – Coordenador Ambulatório

Fiscal de Contrato: Marcos Paulo Colla - CPF: 4582036961 – Gerência Técnica

HAB

Gestor de Contrato: Eliones Madalena Parizotto Salibian - CPF – 320.565.409-91 – Gerência Administrativa

Fiscal de Contrato: Mayara dos Anjos - CPF: 072.456.089-03 Hotelaria e Nutrição

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário quando couber, com uma versão em português;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Para o conjunto do Lote 04, o fornecedor deve disponibilizar em comodato 09 (nove) ventiladores de ar de quente no ato da primeira entrega das mantas térmicas nas Unidades participantes do Lote 04 (quatro). Os ventiladores devem vir acompanhados de manual de instrução de uso e orientação ao responsável da Unidade quanto a utilização do ventilador. O fornecedor se responsabiliza em substituir os ventiladores que eventualmente não apresentarem condições de funcionamento adequado durante a vigência do contrato.

10.1.5 Para o conjunto do Lote 05, o fornecedor deve disponibilizar em comodato 05 (cinco) ventiladores de ar de quente no ato da primeira entrega das mantas térmicas nas Unidades participantes do Lote 05 (cinco). Os ventiladores devem vir acompanhados de manual de instrução de uso e orientação ao responsável da Unidade quanto a utilização do ventilador. O fornecedor se responsabiliza em substituir os ventiladores que eventualmente não apresentarem condições de funcionamento adequado durante a vigência do contrato.

10.1.6 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência – 15 (quinze) dias úteis -, os ventiladores de ar quente para as mantas térmicas que apresentarem avarias ou defeitos referentes aos lotes 04 e 05.

10.1.7 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.8 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.9 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.10 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.11 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.12.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.12.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.12.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.13 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.13.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.13.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.13.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.13.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.1.13.5 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.13.6 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.13.7 Compete A CONTRATADA, tanto na aquisição de bens quanto na prestação de serviços, assegurar o cumprimento integral da logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, proporcionalmente ao volume fornecido ao Poder Público, responsabilizando-se pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.13.8 Entende-se por logística reversa o conjunto de ações, procedimentos e meios voltados à coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, com vistas ao seu reaproveitamento no mesmo ciclo produtivo ou em ciclos distintos, ou à sua destinação final ambientalmente adequada.

10.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná (FUNEDS), CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, nº 144, 10º andar, CEP: 80.020-110 Curitiba-PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Para efeitos de pagamento pelo Departamento Financeiro/FUNEDS, é necessário que o CNPJ registrado na conta corrente do licitante seja o mesmo de sua razão social;

11.6 A FUNEDS efetuará o pagamento devido, somente através de depósito em conta corrente da empresa vencedora do certame no Banco do Brasil, não sendo quitados débitos através de boletos bancários;

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor Global: **R\$ 870.633,09 (oitocentos e setenta mil, seiscentos e trinta e três reais e nove centavos).**

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14 SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Para a presente contratação não será exigida garantia estendida do produto, sendo mantida apenas a exigência da garantia usual de mercado.

17 VIGÊNCIA

17.1 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses. Não sendo prorrogável.

18 DO REAJUSTAMENTO

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

18.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, que é 03/02/2026, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

18.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

HIWM – Hospital Infantil Waldemar Monastier

HRS – Hospital Regional Sudoeste

HRNP – Hospital Regional Norte Pioneiro

HRL – Hospital Regional do Litoral

HRCO – Hospital Regional do Centro Oeste

HZN – Hospital Zona Norte de Londrina

HZS – Hospital Zona Sul de Londrina

HRIV – Hospital Regional de Ivaiporã
HRG – Hospital Regional de Guaraqueçaba
HRTB – Hospital Regional de Telêmaco Borba
HDSPR – Hospital Dermatológico do Paraná
HAB – Hospital Colônia Adauto Botelho

Fonte de Recursos: FONTE 1 - CONTRATO DE GESTÃO

Programa de Trabalho: (De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, nos termos do art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021);

Elemento de Despesa: 3.3.90.30. – MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO

20. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

20.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

20.2 O arrematante entregará, junto com os demais documentos:

20.2.1 o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

20.2.2 documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

20.3 Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

20.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outra licitante.

20.5 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

20.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

20.7 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

20.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

20.9 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

20.10 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

21 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 26 de maio de 2026.

Responsável pela compilação das informações no Termo de Referência:

(Assinado e datado digitalmente)

Poliana da Silva Diniz
Assessora Nível IV
Divisão de Compras – DS/FUNFEAS

Responsável pela verificação das informações do Termo de Referência:

(Assinado e datado digitalmente)

(Assinado e datado digitalmente)

Rafaela Franco Ferrari
Assessora Nível III
Divisão de Compras – DS/FUNFEAS

1. Ciente,
2. De acordo.

(Assinado e datado digitalmente)

Karoline Villarreal Pedrozo
Chefe de Divisão
Divisão de Compras - DS/FUNFEAS

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços GMS, no portal <https://gms.pr.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

A documentação de habilitação referida no Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
- c) dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor indicado no inciso III do art. 70 da Lei n.º 14.133/2021.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1.4.1.2.1 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na junta comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

1.4.1.2.2 Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do balanço de abertura, devidamente registrado na junta comercial ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente registrados na junta comercial da sede ou domicílio do licitante.

1.4.1.3 Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços GMS, no portal <https://gms.pr.gov.br/>, deverão apresentar resultado: superior ou igual a 0,5 (cinco décimos) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 0,5 (cinco décimos) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 0,5 (cinco décimos) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Alvará Sanitário (RDC no 66 2020 Risco II, sujeito à vigilância sanitária – Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos e comércio de outros produtos não especificado anteriormente.).

1.5.2 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s);

1.5.3 Considerando RDC 16/2024 apresentar AFE (Autorização de Funcionamento) ou dispensa de AFE, quando couber.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço			
Bairro:		Cidade:	Estado:
CEP:			
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO ¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹

A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- a) que não incide em nenhuma das situações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- b) que não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- d) que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal;
- e) que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 2.485/2019, que veda o nepotismo nos Órgãos e entidades estaduais nas contratações celebradas pela Administração Pública do Estado do Paraná;
- f) que atesta o atendimento à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, em especial, que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;
- g) que consente com o fornecimento de dados pessoais em atendimento à LGPD;
- h) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e
- i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI
LOCAIS DE ENTREGA

HIWM - Hospital Infantil Waldemar Monastier
Rua XV de Novembro, 3701
Campo Largo – PR CEP: 83601-030
Responsável: José Augusto Chezanoski
Email: josechezanoski@sesa.pr.gov.br
Tel.: 41 3391-8135
Horário de Entrega: 09h às 16h - segunda à sexta-feira

HRS - Hospital Regional do Sudoeste
Rod. Vitório Traiano, 200 – Água Branca
Frederico Beltrão – PR CEP: 85.601-839
Responsável: Pablo Eleutherio da Luz
Email: hroscompa@outlook.com
Tel.: 46 3199-1700 ramal 1880
Horário de entrega: 08h00 – 17h00 - segunda à sexta-feira

HRNP - Hospital Regional do Norte Pioneiro
Rua Genor Juliano, 11 – Jardim Monte Verde
Santo Antônio da Platina – PR CEP: 86430-000
Responsável: Livia Silva Carvalho
Email: hotelariaenutricao.hrnp@gmail.com
Tel.: 43-999680504
Horário de entrega: 08h – 17h00 - segunda à sexta

HRL - Hospital Regional do Litoral
Rua Presidente Getúlio Vargas, 222 Palmital Paranaguá – PR CEP: 83206-020
Responsável: Renata Almeida E-mail: hrl.hotelaria@gmail.com
Tel.: (41) 985258167
Horário de Entrega: 10hs. - segunda à sexta-feira

HRCO - Hospital Regional do Centro Oeste
Av. Guarapuava, 1000 – Cidade dos Lagos
Responsável: Tiago Paula Guedes
Email: nhotelariahrco@gmail.com
Tel.: 42 – 3141-2299
Horário de entrega: 08h30 – 12h00/13h00 – 17h00 - segunda à sexta

HZN - Hospital Zona Norte de Londrina
R.: Odilon Braga , 199
Londrina – PR CEP: 86084-600
Responsável pelo recebimento: Emerson Marcio Rodrigues
E-mail: emerson.rodrigues@sesa.pr.gov.br
Tel.: (43) – 33764641
Horário de Entrega: horário comercial.- segunda à sexta-feira

HZS - Hospital Zona Sul de Londrina
Rua das Orquideas, 75 Parque Ouro Branco
Londrina – PR CEP: 86042-180
Responsável: Silvana Ferri Fecchio
E-mail: silvanaffec@hotmail.com
Tel.: 43 999766702
Horário: 08h às 17h – segunda à sexta-feira

HRIV - Hospital Regional de Ivaiporã

Rua das Quaresmeiras, 55
Ivaiporã – PR CEP: 86.870-000
Responsável: Isabela Curtti Nenemann
E-mail: hri.fisioterapia@gmail.com
Tel.: 43 3484-0322
Horário de entrega: das 08 hs às 17 hs - segunda à sexta-feira

HRG - Hospital Regional de Guaraqueçaba
Av. Ararapira, SN
Guaraqueçaba – PR CEP: 83390000
Responsável: Elenore Enns Vidal
E-mail: elenorevidal@sesa.pr.gov.br
Tel.: (41) 37986111
Horário de Entrega: 08h – 18h - segunda à sexta-feira

HRTB - Hospital regional de Telêmaco Borba
R.: Avenida Marechal Floriano Peixoto, S/N
Telêmaco Borba – Paraná – Cep.: 84.266-010
Responsável: Angelita Aparecida Machado
Email: angelita.machado@funeas.pr.gov.br
Tel.: 41 3272-7707
Horário Comercial: 08h às 17 hs - segunda à sexta-feira

HDSPR - Hospital Dermatológico do Paraná
Rua: Frei Rui Guido Fepine, 1115
Piraquera – PR CEP: 83301-390
Responsável: Maria Antonia Maciel Cunha
Email: hdsfarm@sesa.pr.gov.br ou maria-cunha@funeas.pr.gov.br
Tel.: (41) 35422882 - ramal 129
Horário de entrega: 07:30 às 12h – 13h às 15h.

HAB - Hospital Colônia Adauto Botelho
Rua Ivone Pimentel n. 1639
Pinhais – Paraná – CEP 83327-700
Responsável: Mariana Krasczcovski Gonçalves dos Anjos
Email: almoxarifado.hab@gmail.com
Tel.: 41 2103-6518
Horário: 07hs às 16hs. - segunda à sexta-feira

ANEXO VII**MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º [XXXXXXXXXX]**

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS, instituída pela Lei Estadual n.º 17.959 de 11 de março de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.039.073/0001-55, doravante denominada de **CONTRATANTE**, com sede e foro nesta Capital, situada na Rua do Rosário, n.º 144, 10.º andar, CEP 80.020-110 neste ato representada por seu Diretor Presidente, **GERALDO GENTIL BIESEK**, portador do RG n.º 3.177.159-5 e CPF/MF n.º 555.399.129-34, e por seu Diretor Administrativo, **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**, portador do RG n.º 4.283.953-4, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 597.036.369-34.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202_XXXX (protocolo n.º 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Trata-se da **AQUISIÇÃO DE ARTIGOS SEMIPERMANENTES PARA DESCANSO E CONFORTO** (travesseiros, colchões, coxim, almofadas e mantas) para atender as demandas das unidades FUNEDS (HIWM, HRS, HRNP, HRL, HRCO, HZN, HZS, HRIV, HRG, HRTB, HDSPR e HAB.) visando atendê-las por um período de 12 meses, conforme descrito no Termo de Referência.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º 22.921.376-8, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos em **ENTREGA PARCELADA**, conforme descrito no item 9. do Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, que é 31/07/2025, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.5 Para realizar a Gestão e a Fiscalização da presente contratação, designa-se os servidores:

HIWM:
Gestor de Contrato: Guilherme Passeti - CPF:046.027.629-80 – Diretor Administrativo
Fiscal de Contrato: José Augusto Chezanoski - CPF: 3703872950 – Chefia da Hotelarias e Nutrição

HRS
Gestor de Contrato: Pablo Eleotherio da Luz - CPF:047.729.579-79 - Chefia de Suprimentos
Fiscal de Contrato: Regeane Moraes Palavicini - CPF:029.670.609-41 - Chefia de Hotelaria

HRNP
Gestor de Contrato: Luana Cristina de Souza - CPF: 054.887.839-03 – Diretora de Enfermagem
Fiscal de Contrato: Livia Silva Carvalho - CPF: 072.456.089-03 – Assistente Nível I

HRL
Gestor de Contrato: Juliana Pereira de Queiroz de Araujo CPF: 048.478.519-27 – Direção de Enfermagem.
Fiscal de Contrato: Renata Almeida - CPF: 7173931940 – Coordenação de Hotelaria

HRCO
Gestor de Contrato: Fernando José Guine – Diretor Geral
Fiscal de Contrato: Tiago Paula Guedes - CPF: 187.583.969-77 – Assistente Nível I – Nutrição e Hotelaria

HZN
Gestor de Contrato: Emerson Marcio Rodrigues - CPF: 954.208.869-87 – Diretor Administrativo
Fiscal de Contrato: Adelita Cristina Ponez - CPF: 044.719.259-42 – Chefe almoxerifado
Fiscal suplente: Melissa Cristina Costa Bueno - CPF: 224.204.328-51 – Núcleo de Hotelaria e Nutrição

HZS
Gestor de Contrato: Juliana Vicente de Oliveira Franchi - CPF: 05716709974 – Diretora de Enfermagem, Hotelaria e Nutrição
Fiscal de Contrato: Silvana Ferri Fecchio - CPF: 55096786153 – Assistente Nível I – Núcleo de Hotelaria e Nutrição.

HRIV
Gestor de Contrato: Everson Fernandes de Oliveira - CPF: 337.848.248-62 - Gerente Administrativo
Fiscal de Contrato: Isabela Curti Nenemann - CPF: 009.583.059-60 – Coordenadora de fisioterapia

HRG
Gestor de Contrato: Elenore Enns Vidal - CPF:92173012991 –Coordenação de Enfermagem/CCIH/Hotelaria
Fiscal de Contrato: Fabiana Calonaci Galeski - CPF: 95959041987 – Enfermeira SCIH

HRTB

Gestor de Contrato: Etienne Letícia Leone de Moraes - CPF: 224.295.328-16 – Gerência de enfermagem.
Fiscal de Contrato: Danielly Francine da Silva - CPF: 045.265.679-65 Coordenação de Hotelaria e Nutrição

HDSRP

Gestor de Contrato: Thiago Aurélio de Oliveira - CPF: 4582036961 – Coordenador Ambulatório
Fiscal de Contrato: Marcos Paulo Colla - CPF: 4582036961 – Gerência Técnica

HAB

Gestor de Contrato: Eliones Madalena Parizotto Salibian - CPF – 320.565.409-91 – Gerência Administrativa
Fiscal de Contrato: Nathana Carla Sautchuk Gagno de Oliveira- CPF: 802.204.959-04 Assistente Nível I

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 10 (dez) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: HCAB

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HDSRP

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRTB

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRG

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRIV

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HZS
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HZN
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRCO
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRL
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRNP
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HRS
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Unidade: HIWM
Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3390.3020 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO
Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de __/__/__ a __/__/__.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**10.1 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário quando couber, com uma versão em português;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Para o conjunto do Lote 04, o fornecedor deve disponibilizar em comodato 09 (nove) ventiladores de ar de quente no ato da primeira entrega das mantas térmicas nas Unidades participantes do Lote 04 (quatro). Os ventiladores devem vir acompanhados de manual de instrução de uso e orientação ao responsável da Unidade quanto a utilização do ventilador. O fornecedor se responsabiliza em substituir os ventiladores que eventualmente não apresentarem condições de funcionamento adequado durante a vigência do contrato.

10.1.5 Para o conjunto do Lote 05, o fornecedor deve disponibilizar em comodato 05 (cinco) ventiladores de ar de quente no ato da primeira entrega das mantas térmicas nas Unidades participantes do Lote 05 (cinco). Os ventiladores devem vir acompanhados de manual de instrução de uso e orientação ao responsável da Unidade quanto a utilização do ventilador. O fornecedor se responsabiliza em substituir os ventiladores que eventualmente não apresentarem condições de funcionamento adequado durante a vigência do contrato.

10.1.6 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência – 15 (quinze) dias úteis -, os ventiladores de ar quente para as mantas térmicas que apresentarem avarias ou defeitos referentes aos lotes 04 e 05.

10.1.7 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.8 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.9 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.10 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedor do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.11 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.12.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.12.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.12.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.13 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.13.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.13.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.13.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.13.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.1.13.5 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.13.6 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.13.7 Compete A CONTRATADA, tanto na aquisição de bens quanto na prestação de serviços, assegurar o cumprimento integral da logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo,

proporcionalmente ao volume fornecido ao Poder Público, responsabilizando-se pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.13.8 Entende-se por logística reversa o conjunto de ações, procedimentos e meios voltados à coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, com vistas ao seu reaproveitamento no mesmo ciclo produtivo ou em ciclos distintos, ou à sua destinação final ambientalmente adequada.

10.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$
$$365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1 Para a presente contratação não será exigida garantia estendida do produto, sendo mantida apenas a exigência da garantia usual de mercado.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15.5 Cabe rescisão unilateral pela FUNFEAS, constituindo motivos para imediata rescisão, quando a contratada tiver envolvimento em conduta institucional ou pessoal de seus representantes que afrontem a moralidade, entendendo como atos de assédio moral ou sexual, racismo e equiparados a este, apologia ao crime, incitação ao ódio e outros, gerando reflexo adverso à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, e então o contrato compactuado será rescindido imediatamente, sem prejuízo dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O contratante e o contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal